

**Marília Pontes Sposito\***

# Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil

## INSTITUCIONALIZAÇÃO TRADICIONAL E NOVOS SIGNIFICADOS\*\*

### Resumen

Os jovens seguem os caminhos institucionais clássicos (como no caso da escola e da família) sem adesão total a estes, mas tampouco rejeitando a importância que tem o mundo do trabalho. Podemos afirmar que o “trabalho também faz a juventude” e a construção sociocultural da categoria juventude no Brasil torna-se demasiadamente complicada sem a intervenção efetiva e simbólica desta categoria. Tal reconhecimento não implica na defesa do trabalho de jovens e adolescentes, muito pelo contrário, implica em admitir que se a construção da condição juvenil se origina em um complexo de valores arraigados do ponto de vista social e histórico no Brasil, qualquer alteração desta situação deveria ser resultante de mudanças estruturais e fundamentais que mitiguem as profundas desigualdades sociais sujeitas a processos de longa duração.

### Abstract

The young follow the classic institutional pathways (like school and family) without total attachment to them but without neglecting the importance of work. We can state that “work also makes the young” and the sociocultural construction of youth as a category in Brazil becomes too complicated without the effective and symbolic intervention of this categorization. Recognition does not imply that adolescents and younglings should work; on the contrary it implies accepting that if the construction of the youth condition is originated in a set of deeply rooted social and historical values in Brazil, any change should be the result of structural and fundamental changes that will relieve the deep social inequalities subject to long lasting processes.

\* Formação Doutora em sociologia da Educação pela USP Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e membro da diretoria de Ação Educativa. E-mail sposito@usp.br

\*\* Este artigo constitui versão resumida de capítulo do livro *Retratos da Juventude Brasileira* (título provisório) organizado por Helena W. Abramo e Pedro Paulo M. Branco, coeditado pelo Instituto da Cidadania e Fundação Perseu Abramo, no prelo.

## Um ponto de partida

Ao analisar as sondagens de opinião Bourdieu (1988) afirmava que, sob a aparência das respostas rápidas, simples e cifradas, estariam contidas as possibilidades da ilusão: “as verdades primeiras são os erros primeiros”. Mas considerava que essas “perguntas primeiras”, quando se inspiram nos conhecimentos e preocupações práticas e com a condição de serem reinterpretadas em função de uma problemática teórica, aportam informações muito valiosas, “com freqüência superiores às que suscitam as interrogações mais pretensiosas dos semieruditos” (Bourdieu, 1988, p. 85). É sob essa perspectiva que poderemos tomar os grandes levantamentos ou pesquisas de opinião como instrumentos importantes para constituir chaves de compreensão e tornar mais visíveis grandes conjuntos populacionais de jovens na sociedade brasileira que permanecem desconhecidos em suas práticas, valores e modos de vida.

Mas esse tipo de empreendimento também oferece um conjunto relevante de problemáticas que poderão ser objeto de novas investigações, incluindo aquelas de caráter qualitativo que permitem tratamentos mais aprofundados de alguns temas. Assim, invertendo a relação entre pesquisa qualitativa e quantitativa –onde a primeira sempre foi considerada uma atividade exploratória e preliminar a ser validada nos procedimentos quantitativos realizados posteriormente (Stake, 1982)– o momento das sondagens de opinião poderia ser tratado como instância geradora de novas problemáticas que deverão ser melhor compreendidas por meio de um amplo esforço de investigação de natureza qualitativa. É inegável, no entanto, que sempre estaremos lidando com o caráter provisório dos resultados e com a necessidade de novas perguntas e outros estudos.

No Brasil, diante da falta de amplos levantamentos sobre a diversidade juvenil<sup>1</sup> o exame de dados originados de uma ampla sondagem de opinião sempre suscita reflexões, indagações e problemáticas, oferecendo perspectivas importantes. Apesar de certa familiaridade com o tema, no caso específico jovens e escola –o pesquisador sempre pode surpreender-se e refletir sobre a necessidade de novas perguntas e modalidades de investigações.

Por essas razões, as reflexões aqui esboçadas são produto de uma leitura, entre outras, dos dados de Pesquisa Nacional realizada no âmbito do Projeto Juventude, em novembro de 2003, na qual foram entrevistados 3 501 jovens.<sup>2</sup> Elas não procuram referendar hipóteses já consagradas, mas principalmente problematizar enunciados que rapidamente se transformam em pressupostos muitas vezes não contestados ou, ao menos, contextualizados, indicando seu efetivo alcance explicativo. Em primeiro lugar busco situar o ponto de vista que marca minha leitura na discussão das relações entre juventude e escola. Nesse caso, a análise exige incursões tanto no domínio da família como nas relações que os jovens tecem com o mundo do trabalho, sem qualquer pretensão de tratar de modo exaustivo temas tão complexos e fundamentais na vida juvenil. A seguir os dados serão apresentados, após

<sup>1</sup> Os dados mais globais sobre a população jovem no Brasil em geral são extraídos dos Censos e das PNADs realizados pelo IBGE. Os estudos da Unesco sobre juventude também têm contribuído, a partir de eixos temáticos, com diagnósticos diversificados sobre os jovens brasileiros.

**A moderna condição juvenil na sociedade ocidental sempre foi caracterizada pela manutenção de relações importantes, embora diversas, entre duas agências primordiais da reprodução social: a família e a escola**

uma inevitável seleção que permitirá, finalmente, algumas considerações à guisa de conclusão. Por outro lado, trata-se de um recorte analítico em torno dos sujeitos jovens que vivem, de modo integral, suas experiências não só no universo escolar, mas na cultura, no lazer, no mundo do trabalho, na família e nas formas que selecionam para o seu aparecimento na vida pública.

### **Compreender a condição juvenil no Brasil: um desafio**

Da heteronomia infantil à completa autonomia que, em tese,<sup>3</sup> configura a situação do adulto na sociedade, a juventude é vivida como um processo definido a partir de uma inegável singularidade: é a fase de vida em que se inicia a busca dessa autonomia, marcada tanto pela construção de elementos da identidade –pessoal e coletiva– como por uma atitude de experimentação (Galland, 1996; Singly, 2000).

A moderna condição juvenil na sociedade ocidental sempre foi caracterizada pela manutenção de relações importantes, embora diversas, entre duas agências primordiais da reprodução social: a família e a escola<sup>4</sup>. As teses mais clássicas viam nesse momento, como afirmava Parsons (1974), a passagem do mundo privado das relações familiares para outras formas de contato e de ocupação dos espaços públicos sem a necessária presença do adulto. Nesse período, a escola torna-se, então, elemento importante para assegurar a reprodução cultural e social dos diversos grupos e classes. Assim, as representações dominantes sobre a infância e, posteriormente, sobre a adolescência e a juventude integraram a escola como um de seus espaços formativos, de tal modo que Singly (1993), em suas análises sobre a família contemporânea, examina a dinâmica do grupo familiar a partir do conceito de modo de reprodução com dominante escolar na esteira dos trabalhos de Pierre Bourdieu (1989).<sup>5</sup>

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas em 198 municípios brasileiros, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em termos de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados brasileiros. A pesquisa conduzida pela Criterium integrou parte das atividades desenvolvidas pelo Instituto da Cidadania no Projeto Juventude, tendo em vista a construção de propostas para a efetivação de políticas de juventude no Brasil.

<sup>3</sup> Em tese, porque tendo em vista a crise da sociedade assalariada e as transformações do mundo do trabalho, tornando o desemprego uma categoria de natureza estrutural e permanente para grandes contingentes populacionais, a autonomia do adulto via independência financeira pode não ser realizar. Assim, estaríamos diante da necessidade de buscarmos, também, outros elementos definidores da condição adulta na sociedade, para além da independência financeira sob pena de negar a condição de autonomia para enormes segmentos excluídos da possibilidade de trabalho.

<sup>4</sup> Uma distinção importante realizada por Abad diz respeito às diferenças entre a *situação juvenil*, que significaria como jovens de classes sociais e origens diversas experimentam a *condição juvenil*, esta última uma construção histórico social (Abad, 2003). Nesse caso, seria importante reiterar as observações de François Dubet que considera a própria categoria juventude como portadora de uma ambigüidade intrínseca, pois seria ao mesmo tempo, momento do ciclo de vida, exprimindo assim as características sócio-culturais de uma determinada temporalidade histórica e, ao mesmo tempo, um processo de inserção ou de uma experiência delimitada pela estrutura social (Dubet, 1996).

<sup>5</sup> Para Singly, “as famílias devem mudar de jogo, modificar suas estratégias para conservar para seus filhos as chances de ocupar, ao menos, posições comparáveis àquelas detidas por seus pais. Em uma sociedade em que o modo de reprodução tem um componente escolar, o valor de uma família (e do grupo social ao qual ela pertence) é definido pelo montante de capital escolar detido por seus membros” (Singly, 1993, p. 22)

A instituição escolar, ao se expandir, surge também como um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro e, portanto, caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens que culminaria com a sua inserção no mundo do trabalho. É nessa fronteira entre o público e o privado que Parsons (1974) situa a cultura dos estudantes das escolas secundárias nos Estados Unidos, nos anos 1950, trazendo a discussão da importância da disseminação da escolaridade como fator de constituição da experiência dos “teenagers” e suas práticas de lazer, consumo, vestimentas e estilos musicais, entre outros (Passerini, 1996).

Mas se as mudanças dos últimos 30 anos atingiram, principalmente, a esfera do trabalho e uma de suas formas principais na sociedade capitalista –o trabalho assalariado– é inegável que os caminhos e contornos para a entrada na vida adulta se diversificaram, tornaram-se mais complexos e menos lineares. Assim, o modo como os jovens vivem essa etapa de vida também se altera, uma vez que a escolaridade já não se afigura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho, especialmente se considerarmos o ingresso no mercado formal de ocupações e as posições dos estratos menos privilegiados da sociedade, exatamente aqueles que têm acesso tardiamente aos degraus mais elevados do sistema de ensino.

Apesar do reconhecimento da importância das instituições socializadoras tradicionais, as profundas transformações observadas nos últimos cinquenta anos do século xx produziram impactos significativos nas formas como as relações entre as idades e o próprio ciclo de vida são experimentadas. Por essas razões, além do tema da *desregulação* das etapas (Peralva, 1997) e de sua *descronologização* (Atias-Donfut, 1996),<sup>6</sup> têm sido recorrente a idéia de que se observa, também, um processo de *desinstitucionalização* da condição juvenil.

Embora os sentidos da expressão *desinstitucionalização* estejam recobertos de múltiplos significados tanto na discussão sociológica mais ampla como no debate sobre os jovens, de modo geral, este termo tem significado, na acepção de Miguel Abad (2003), uma crise das instituições “tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio tem se debilitado pelo não-cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadoras da sociedade” (Abad, 2003, p. 25). Assim, o espaço deixado por essas formas tradicionais –escola e família– passa “a ser ocupado por um maior desdobramento da subjetividade juvenil” e é

<sup>6</sup> A desregulação significa que as regras que regulam as diferenças entre as idades e os modos de transição de um momento para outro já não exprimem as formas como os indivíduos vivem as diferentes fases do ciclo de vida. Estaria, na verdade, ocorrendo uma verdadeira mudança do ciclo de vida que resulta, entre outros fatores, do aumento da expectativa de vida e no aparecimento de uma quarta idade. A descronologização significa que as marcas temporais que regulam a entrada na vida adulta não obedecem, necessariamente a uma sincronia, ou seja, os modos de acesso à vida adulta implicam em tempos diversos para a entrada no mundo do trabalho, constituição de nova unidade familiar, saída da casa paterna e conclusão da escolaridade. Além de não serem sincrônicas estas etapas não são lineares, configurando o que José Machado Pais considera como geração YoYo, onde as idas e vindas são frequentes: saída e volta da casa dos pais, emprego e uniões conjugais provisórias, etc. (Pais, 1994).

**Poderia eliminar da análise a permanência de certos mecanismos de poder do “percurso institucional” e a emergência, também, de novas formas de dominação que surgem com desenhos diversos na experiência juvenil contemporânea**

“nessa desinstitucionalização da condição juvenil que têm surgido as possibilidades de viver a etapa da juventude de uma forma distinta da que foi experimentada por gerações anteriores” (*idem*, p. 25).<sup>7</sup>

Mas, ao lado de uma interpretação emergente e do reconhecimento que os últimos anos têm sido marcados pelo aparecimento de uma nova condição juvenil, verifica-se, também, um conjunto de análises que revela, enfaticamente, as amarras que caracterizariam os jovens na sociedade atual, quer pela sua adesão a valores tradicionalistas quer por imersão no individualismo contemporâneo que pouco espaço daria para novas formas coletivas, associativas ou solidárias de se estar no mundo.<sup>8</sup>

Discursos contrastantes, que recobrem o debate e muitas vezes estão presentes nas análises sobre a juventude contemporânea podendo, a seu modo, encobrir ou deixar de problematizar questões relevantes postas pelos modos de vida dos jovens e suas maneiras de pensar a si mesmos e o mundo em que vivem.

Afirmar a desinstitucionalização da condição juvenil como fator positivo na medida em que faria emergir uma nova sociabilidade mais próxima do desejo, da experimentação e da liberdade (Abad, 2003), pode desconsiderar a aspiração por escolaridade, os sentidos atribuídos à instituição escolar e a importância das redes familiares para muitos jovens, sobretudo aquele que, em decorrência das estruturas desiguais, situam-se na base do sistema social. De outro, poderia eliminar da análise a permanência de certos mecanismos de poder do “percurso institucional” e a emergência, também, de novas formas de dominação que surgem com desenhos diversos na experiência juvenil contemporânea.

Reiterar, de modo contrastante, na análise sobre jovens, apenas o individualismo e a adesão a valores conservadores como típicos da vida atual dos segmentos juvenis, não significaria constatar que o seu comportamento é mera cópia dos padrões hegemônicos da sociedade, de sua cultura narcísica com o predomínio dos aspectos privados e não públicos da vida em comum? Nesse caso reafirma-se a desconfiança ou ceticismo generalizados quanto à capacidade de ação coletiva e de resistência aos aparatos da dominação no mundo atual, recobrando um espectro muito mais amplo do que a juventude.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Abad também situa a dissolução das identidades ligadas à idéia de Nação ou Território, com o desajuste das crenças e valores tradicionais, e a relativização da cultura do emprego e do salário, que alongam transições e as tornam indeterminadas e descontínuas, como elementos importantes dos processos de desinstitucionalização da condição juvenil moderna (Abad, 2003, p. 25).

<sup>8</sup> O “conservadorismo” é sempre apontado pela mídia. Ver, por exemplo, matéria publicada na Revista Isto é apresentando os dados da pesquisa desenvolvida pelo Projeto Juventude, em 05/05/2004.

<sup>9</sup> A perspectiva psicanalítica tem examinado as questões do narcisismo e dos traços marcantes da sociedade atual pela busca, sem limites, do consumo e do prazer, situando a juventude nesse plano. Tanto Jurandir Freire Costa (2004) como Maria Rita Kehl (2004) examinam esses temas mas apontam alternativas para a compreensão dos jovens que poderiam romper com esse tipo predominante de experiência. Para Costa as alternativas estariam radicadas os novos movimentos ecológicos e ações de responsabilidade política e social. Kehl faz uma análise sobre a importância da função fraterna –os grupos juvenis– na formação do sujeito jovem na contemporaneidade.

É preciso considerar que mutações profundas no ciclo de vida como um todo, alteram a especificidade da experiência juvenil que constitui, sem dúvida, uma condição atual diversa daquelas experimentada pelos jovens há cinquenta anos e esse é o mérito daqueles que, como Miguel Abad, procuram identificar quais são, de fato, as mudanças observadas. Talvez, um dos maiores problemas ligados à definição desse modo emergente seja a utilização de noções que acabam por abrigar processos diversos e, ao se tornarem demasiado elásticas ou amplas, perdem seu poder explicativo. Por outro lado, uma dificuldade consiste em considerar esse processo de forma linear, como se a realidade não comportasse práticas sociais que recobrem tempos históricos diversos. Como afirma Martins (1994, 1996), essa multiplicidade de tempos exprime a complexidade da sociedade brasileira que convive, ao mesmo tempo, com o mais moderno e o mais arcaico.

Um exemplo interessante em torno desse tipo de discussão pode ser observado, como afirma Elisabeth Bilac, na temática da crise da família que já atravessa quase um século e, mesmo assim, sem o seu desaparecimento. Ocorrem profundas transformações nas dinâmicas e arranjos familiares e pode ser observada muito mais a crise prolongada e incompleta de determinado modelo –hierárquico, patriarcal com forte dominação do mundo adulto– do que o enfraquecimento da dinâmica e dos arranjos familiares, tratados este sempre no plural, porque sequer poderemos nos referir à família no singular. Por outro lado, os novos modelos veriam a “família organizada não a partir de normas ‘dadas’, mas sim, como fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo dependeria da duração dos acordos. Mas “a ênfase na capacidade de negociação dos sujeitos individuais, na família, oblitera diferenças de poder e desigualdades entre homens e mulheres, adultos e crianças, velhos e jovens, diferenças que são socialmente construídas e normatizadas” (Bilac, 1995, p.37). A pergunta proposta pela autora seria direta e simples: a destruição do modelo familiar tradicional significa, de fato, a “desinstitucionalização da reprodução”? (*idem*).

Sérvulo Figueira sempre insiste, a partir de análises sobre as famílias de classes médias no Brasil, que a sua modernização não é nunca um processo simples e linear, pois o moderno coexiste “muitas vezes de modo angustiante e paradoxal, com o arcaico” (Figueira, 1986, p. 9).<sup>10</sup>

No exame de algumas instituições na França, sobretudo aquelas que têm como trabalho o cuidado com o “outro” – escolas, hospitais e serviços sociais– François Dubet estuda sua crise e mutação a partir do esgotamento



<sup>10</sup>Para Figueira, a família igualitária em oposição à família hierárquica não nasce de modo homogêneo, pela simples substituição de um modelo por outro: “Pela própria velocidade do processo no Brasil, o que se tem é a aquisição de novas identidades (articuladas de modo complexo e variável aos novos ideais), que se sobrepõem às antigas identidades posicionais, sem, contudo, alterá-las substancialmente. O Brasil está cheio de situações em que pessoas ‘modernas’ e ‘liberadas’, súbita e inexplicavelmente, apresentam comportamentos ou assumem posições que, esperava-se, ‘não tem nada a ver com elas’” (Figueira, 1986, pp 18-19).

**Esse processo de mutação da instituição escolar não elimina, mas transforma a natureza da dominação, pois “obriga os indivíduos a se construírem ‘livremente’ nas categorias da experiência social” que lhe são impostas**

do que ele chamaria de “programa institucional”, nascido na modernidade, explicitando com clareza o que designou em trabalhos anteriores como “desinstitucionalização” (Dubet, 1998 e 2002).<sup>11</sup> Essa matriz estabeleceu as relações entre os indivíduos e as instituições por meio de um programa de ação onde seria exercida, sem conflitos, a missão socializadora das instituições (no caso a escola) e a formação da personalidade. Seria um modo de socialização: “1) que considera o trabalho sobre outrem como uma mediação entre os valores universais e os indivíduos particulares; 2) que afirma ser o trabalho de socialização uma vocação porque é diretamente fundado em valores; 3. que vise a inculcar normas que conformam o indivíduo e, ao mesmo tempo, o tornam autônomo e “livre” (Dubet, 2002, p. 13).<sup>12</sup> Para Dubet, a escola primária francesa foi extremamente bem sucedida nesse programa e, apesar das alterações, dos últimos 30 anos, têm conseguido articular: uma atividade de *socialização* pela interiorização de uma disciplina escolar, uma *aprendizagem* de conhecimentos e saberes e uma *subjetivação* das crianças que devem se desenvolver na escola (*idem*, p. 104).

A crise desse “programa”, afirma Dubet, atinge de forma diferente cada nível do sistema de ensino e classe social, revelando-se mais aguda no nível secundário (os colégios e liceus, no caso francês), originalmente ensino destinado às elites e que passa por um intenso processo de massificação. Nesse caso a socialização não pode ser mais percebida como aprendizagem crescente de papéis ou de jogos sociais: “trata-se de um ator confrontado com uma grande diversidade de orientações, isto é, com certos antagonismos, e que é obrigado a construir por si mesmo o sentido de sua experiência. Como dizem os alunos a grande dificuldade é se ‘motivar’, conseguir dar sentido aos estudos” (Dubet, 1998, p. 30).

Por essas razões, mais do que crise, Dubet considera a existência de um processo de mutação que transforma a própria natureza da ação socializadora da escola, fazendo com que parte importante do processo seja considerada tarefa ou ação do próprio sujeito sobre si mesmo (Dubet, 2002). Esse processo de mutação da instituição escolar não elimina, mas transforma a natureza da dominação, pois “obriga os indivíduos a se construírem ‘livremente’ nas categorias da experiência social” que lhe são impostas. A dominação se manifesta, assim, não cessando de afirmar que “os indivíduos são livres e mestres de seus interesses... a dominação impõe aos atores as categorias de suas experiências, categorias que lhe interditam de se constituir como sujeitos relativamente mestres deles mesmos... O dominado é convidado a ser o mestre de sua identidade e de sua experiência social ao mesmo tempo em que é posto em situação de não poder realizar esse projeto” (Dubet, 2002, p. 356).

<sup>11</sup> Dubet afirma que usa o termo “instituição” em um sentido bem particular que não se identifica às organizações, aos sistemas de representação e de decisões políticas, aos costumes e maneira de ser. Sua escolha distingue-se, também, do uso da noção de institucionalização quando indica um processo de rotinização das condutas (Dubet, 2002). Por essas razões, para Dubet, a desinstitucionalização significa crise e mutação de uma modalidade de ação institucional consagrada pela modernidade.

<sup>12</sup> Norbert Elias considerava ser o indivíduo socializado, aquele que interiorizou o controle, a disciplina e a obrigação de ser livre e portanto “a obrigação de ser o próprio censor” (Elias, 1985; Dubet, 2002).

Assim, é importante examinar a experiência juvenil no Brasil sem retirá-la da esfera de influência ou minimizando a presença das agências mais tradicionais – escola e família - mas de situá-la pelos menos sob três óticas.

A primeira diz respeito a uma compreensão dos processos de mutação dessas agências clássicas, família e escola, pois quando se estabelece a crítica das relações dos jovens com a família, por exemplo, precisaríamos situar o arranjo familiar que está sendo alvo da crítica ou que está sendo pressuposto como modelo.<sup>13</sup>

A segunda situaria a necessidade de considerarmos a confluência de vários processos socializadores na experiência juvenil, ou seja, considerar que tanto família como escola perderam seu monopólio na presença da formação de novas gerações (Dubet, 2002; Barrère e Martuccelli, 2000; Sposito, 2003). Esse aspecto é particularmente importante para países de expansão escolar recente, como é o caso brasileiro, porque teríamos que perguntar se, em algum momento na socialização das novas gerações, a escola foi agente privilegiado, central, ou detentor de certo monopólio da transmissão cultural, como no caso europeu, sobretudo francês. Essa confluência de vários agenciamentos socializadores, para além das instituições clássicas da reprodução cultural –família e escola– nos levaria a considerar a idéia de “socializações compósitas” como afirma José Machado Pais ou adotar a idéia de novas configurações que orientam a socialização na acepção de Norbert Elias, como indica Maria da Graça Setton que analisa “as práticas e experiências de socialização a partir da emergência de uma nova configuração cultural, onde o processo de construção das identidades sociais dos indivíduos passa a ser mediado pela *coexistência* de distintas instâncias produtoras de valores e referências culturais (Setton, 2002, p. 110).

Em terceiro lugar seria necessário investigar os sentidos que jovens atribuem às suas relações com essas agências para além de uma submissão aos modelos normativos e hegemônicos da reprodução cultural ou uma situação meramente instrumental e distanciada de seu modo de funcionamento. Muitos estudos de natureza qualitativa evidenciam significados diversos, decorrentes da situação de classe, sexo e do momento no ciclo de vida, uma vez que a própria vivência da experiência escolar se transforma, também, a partir da variável idade em interação com o tipo e nível de escola freqüentado (Sposito e Galvão, 2004; Souza, 2003).

Enfim, trata-se ainda de uma ampla agenda de investigações que, de fato, permitam uma compreensão mais adensada das relações dos jovens com as instituições socializadoras clássicas, no Brasil, onde o campo de pesquisa ainda necessita expansão e consolidação.

---

<sup>13</sup> Em seu artigo, Abad estabelece uma definição de distanciamento dos jovens da família patriarcal, hierárquica e autoritária e pela adoção de relações mais horizontais e igualitárias no âmbito familiar (Abad, 2003). Isso significa uma possível adesão dos jovens e das jovens a um novo modelo de relação familiar que, no Brasil, submete-se aos processos inconclusos de nossa modernização.

*A expansão recente das oportunidades escolares em um quadro de crise social: os nexos permanentes entre escola e mundo do trabalho*

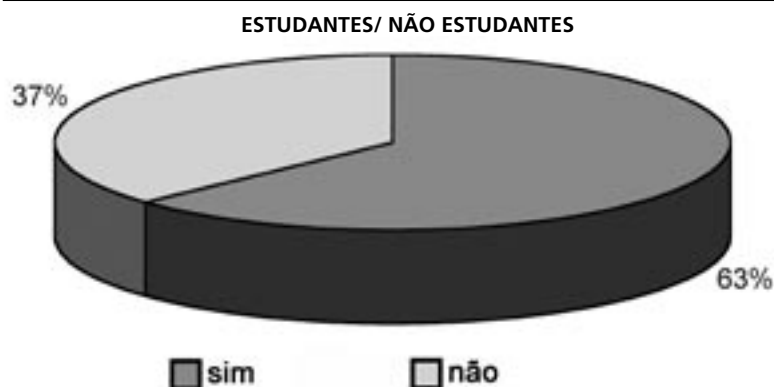
Os dados da pesquisa Criterium e Instituto da Cidadania, não só confirmam mas apontam um significativo crescimento do acesso à escola por parte da população juvenil no Brasil. Essa abertura de oportunidades escolares acentuou-se na década de 1990 e ocorreu sob a égide de uma forte crise econômica que estagnou o crescimento, acentuou desigualdades e fez aumentar os índices de desemprego. Nessa década constata-se, também, um movimento de reordenação do sistema educativo, observado nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, atingindo os mecanismos de financiamento do ensino público, provocando alterações curriculares e medidas de correção de fluxo, visando a atenuar as reprovações e evasões, em um quadro inalterado de recursos destinados à educação. Por essas razões, muitos dos estudos de políticas públicas na área de educação concluem, com razão, que se tratou de uma oferta desprovida de qualidade e de condições materiais e humanas de funcionamento adequado para as unidades escolares, atingindo a escola pública, única modalidade de acesso à educação escolar para a maioria dos jovens brasileiros.<sup>14</sup> Como afirma Maria Malta Campos, para os gestores federais da área da educação que implantaram as reformas educativas dos anos 1990, tratava-se muito mais de um “mau” uso das verbas do que sua “insuficiência”. No entanto, verificou-se que, em uma década, os recursos para a educação diminuíram ao invés de se observar um incremento que, ao menos, acompanhasse o ritmo crescente das matrículas, fragilizando a hipótese adotada pelo governo nesse período (Campos, 1999).

No Brasil, em 2001 cerca de 60% dos 34 milhões de jovens ainda não estavam freqüentando a escola, apesar de um crescimento significativo, observado a partir de comparações com anos anteriores. Na amostra investigada na pesquisa do Projeto Juventude, os índices para 2003 foram mais elevados, pois chegaram a apontar 63% de jovens estudando no momento de realização do levantamento.<sup>15</sup> A pesquisa apontou também que as maiores diferenças residem entre os jovens que moram na cidade e no campo, pois cerca de 65% dos urbanos e 55% dos rurais estavam estudando (Quadros 2 y 3 e Gráfica 3). Considerando-se a variável cor/raça percebe-se que os brancos atingem 64% dentre os que estudam, os pardos 62%, os negros 63%, os orientais 78% e os indígenas 77% (Gráfica 1).

<sup>14</sup> O ENEM –Exame Nacional do Ensino Médio– em 2002, revelou, por exemplo, que, no ensino médio, os alunos apresentaram uma média de 34,13% pontos inferior à média de 2001 (40,56), sendo superior em 2003 com 49,5 pontos numa escala de 0 a 100. Por outro lado, nesse mesmo nível de ensino, o aproveitamento de 74% dos alunos foi considerado “insuficiente” ou “regular”, e apenas o aproveitamento de 2,5% dos estudantes foi considerado de “bom” a “excelente”, em 2002 (Vasconcellos, 2004).

<sup>15</sup> A elevação significativa daqueles que declaram estudar, acompanha outras pesquisas realizadas por institutos como Datafolha e Ibope; somente a partir da PNAD 2003 temos condições de aferição dos dados globais.

**No Brasil, em 2001  
cerca de 60% dos 34  
milhões de jovens  
ainda não estavam  
freqüentando a  
escola, apesar de  
um crescimento  
significativo,  
observado a partir  
de comparações com  
anos anteriores.**



Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude.

Se considerarmos o universo dos que declaram estar estudando, observamos que idade e sexo são elementos importantes para a compreensão do acesso à escola. Dentre aqueles que têm entre 15-17, 91% dos homens freqüentam e 88% das mulheres; na faixa etária de 18-20 anos, 64% dos homens freqüentam e 61% mulheres; dentre os mais velhos (21-24 anos), 46% homens e 38% mulheres. Apesar da faixa etária constituir, ainda, momento adequado para a formação escolar, observa-se um forte decréscimo dos estudantes com a idade e em todas as faixas uma porcentagem menor de mulheres freqüentando escolas (Quadro 1).

Quadro 1

ESTUDANTES E NÃO ESTUDANTES/ SEXO E IDADE (%)				
Idade	Homens		Mulheres	
	Sim	Não	Sim	Não
15 a 17	91	9	88	12
18 a 20	64	36	61	39
21 a 24	46	54	38	62

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Se compararmos o nível de escolaridade, percebemos que as mulheres jovens praticamente empatam com os homens no ensino superior e estão poucos pontos percentuais acima em relação ao nível médio da escolaridade (Quadro 2), embora tenham índices mais altos do que os homens no âmbito daqueles que não estudam como já foi observado. Aparentemente, de acordo com a pesquisa do ue cada vez mais apontam a progressiva presença das mulheres nos sistemas de ensino. Mas os dados podem indicar, também, que, ao conseguirem um percurso escolar sem tantas interrupções e com melhor rendimento, as mulheres jovens encerram mais rapidamente sua carreira escolar, nos degraus básicos do ensino, continuando a apresentar sérias dificuldades de acesso ao ensino superior, como os rapazes. No entanto, a presença maciça das mulheres e o seu desempenho no sistema de ensino brasileiro merecem novas investigações uma vez que o fenômeno

é muito recente para verificarmos se realmente há uma reversão de desigualdades construídas por vários séculos<sup>16</sup>. Por outro lado, sob o ponto de vista das etnias, percebe-se que negros e pardos estão alocados na educação básica, com pouquíssimo acesso ao ensino superior e apresentam índices mais altos de concentração da escolaridade até o ensino fundamental do que brancos que, em conjunto, com os orientais, apresentam os percentuais mais elevados de acesso ao ensino superior (Quadro 3).

## Quadro 2

### GRAU DE ESCOLARIDADE POR SEXO (%)

Escolaridade	Até Ensino Fundamental	Até Ensino Médio	Ens. Superior comp/incomp
Total	42	52	6
Homens	43	52	6
Mulheres	41	52	7

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

## Quadro 3

### GRAU DE ESCOLARIDADE POR RAÇA/COR (%)

Escolaridade	Até Ensino Fundamental	Até Ensino Médio	Ens. Superior comp/incomp
Total	42	52	6
Branco	34	54	11
Pardo	48	49	3
Negro	46	52	2
Indígena	41	59	-
Oriental	26	64	10
Negro	46	52	2
Indígena	41	59	-
Oriental	26	64	10

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Mesmo que mais da metade dos jovens já consiga atingir o último degrau da educação básica, o ensino médio,<sup>17</sup> é preciso apontar que cerca de 42% sofrem um atraso escolar significativo, pois não terminaram o ensino fundamental que tem como faixa etária ideal para a conclusão, de acordo com a legislação vigente, 14 anos.

Apesar do incremento da escolaridade, o que em tese aproximaria os jovens das condições socioculturais de um modelo moderno da condição juvenil, caracterizado pelo acesso aos sistemas de ensino dissociado do mundo do trabalho, os investigados situam-se majoritariamente na órbita do trabalho, pois para 76% dos jovens essa dimensão está em seu horizonte vital (Gráfica 2). Do conjunto dos investigados 36% trabalhavam no momento do levantamento e 40% declararam estar desempregados.<sup>18</sup> Apenas 24% não se colocavam na população

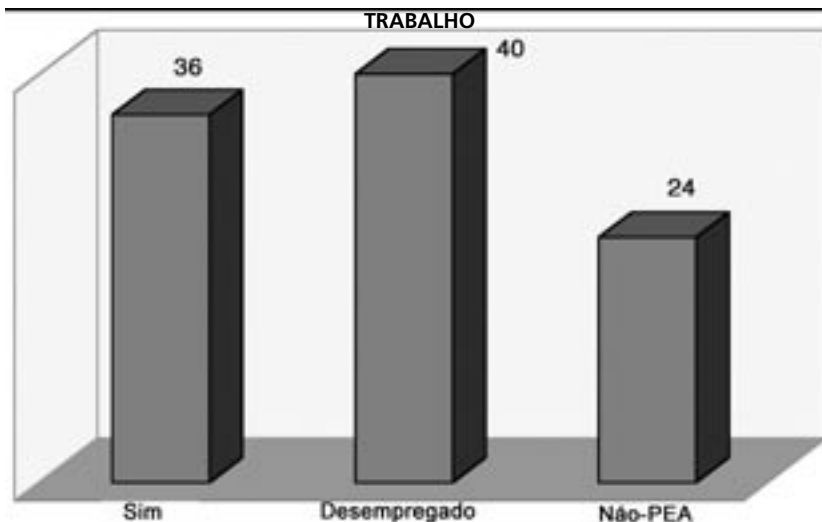
<sup>16</sup> O último exame nacional do ensino médio – ENEM, realizado em 2003 revela que os rapazes obtiveram melhor desempenho do que as mulheres (www.inep.br, acesso em 11/8/04).

<sup>17</sup> O que não significa necessariamente possibilidades de conclusão. Cerca de 33% dos jovens estavam na terceira série ou tinham ensino médio completo.

<sup>18</sup> Esse contingente compreenderia a PEA.

economicamente ativa, incluindo aqueles que somente estudam (19%) e os que nem estudam e nem trabalham (5%). Dentre aqueles que declararam trabalhar 40%, estavam no mercado formal e, no conjunto dos desempregados, 80% já haviam passado pela experiência do trabalho.

**Gráfica 2**



Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Não é possível desconhecer que as desigualdades econômicas continuam a delimitar os horizontes possíveis de ação dos jovens nas suas relações com a escola e o mundo do trabalho. Os dados coletados evidenciam o brutal processo de concentração de renda e a distribuição desigual entre os grupos étnicos na amostra investigada (Quadro 4). Apenas 20% dos jovens brancos possuem renda familiar com mais de 5 salários mínimos, esses índices decrescem significativamente para os jovens pardos e negros (11% e 7%, respectivamente).

**Quadro 4**

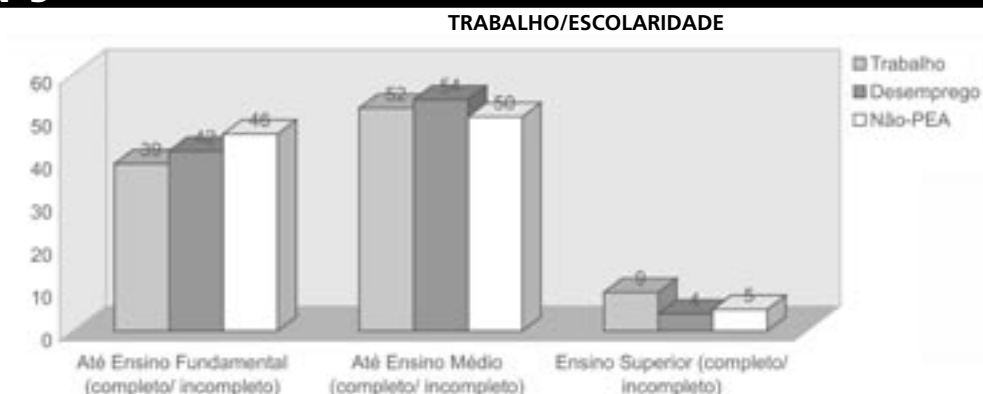
RENDA/ RAÇA/COR							
Renda	Sen renda	Até 2 SM	+ de 2 SM a 5 SM	+ de 5 SM a 10 SM	+ de 10 SM	NR	
Total	1	43	31	9	5	11	
Branco	1	33	32	12	7	15	
Pardos	1	49	29	7	4	10	
Negros	-	47	33	5	2	13	
Indígenas	-	47	22	12	-	19	
Orientais	-	44	36	5	5	10	

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

É importante verificar que, independentemente do acesso ao trabalho, a maioria dos informantes chegou até o ensino médio. Por outro lado, é preciso considerar que o desemprego afeta a todos, mas na amostra investigada em maior grau atingiu os que já estavam tendo acesso ao ensino médio ou já haviam concluído essa etapa da escolaridade. Para

o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade –IETS, a PNAD de 2002 confirma esses dados pois a taxa de desemprego atinge maiores índices, nos últimos 10 anos entre aqueles que tiveram acesso à escolaridade média (ensino médio incompleto) no total da população (www.iets.org.br acesso em 8/8/2004).<sup>19</sup> Esse quadro reitera, mais uma vez, que não há uma relação linear entre a elevação do nível de escolaridade da população jovem e o emprego. As oportunidades de inserção ocupacional dos jovens continuaram a ser escassas, nos últimos anos, independentemente da elevação de sua escolaridade. Por outro lado, novas hipóteses investigativas se configuram, pois quase nada sabemos sobre o trabalho de jovens com menor escolaridade, o tipo de ocupação realizada e sua relação com as aspirações escolares. Do mesmo modo, o segmento dos “inativos”, constituído por uma maioria feminina deveria também ser investigado pois, localizado na base da pirâmide social, estabelece modos de vida bastante desconhecidos da literatura sobre jovens no Brasil, (Gráfica 3).

**Gráfica 3**



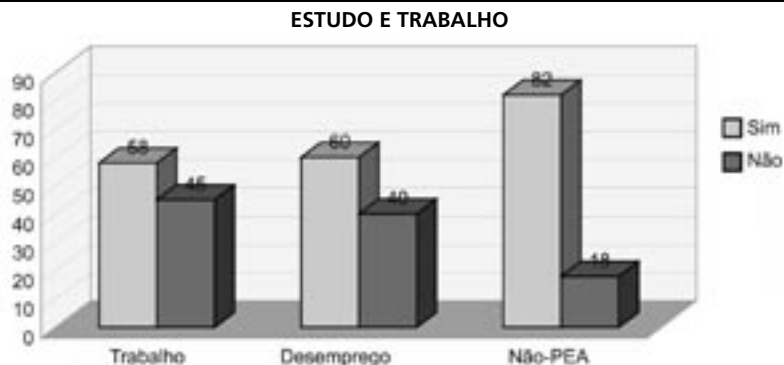
Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Toda a expansão da escolaridade dos jovens no Brasil não foi acompanhada de um efetivo desligamento da juventude no mundo do trabalho, hipótese assumida por vários economistas afinados com as denominadas teorias do capital humano, prevalentes nos anos 1970, e criticada por Felícia Madeira em artigo dos anos 1980 (madeira, 1986).

O aumento do número de estudantes, de fato, ocorreu nos últimos 20 anos de acordo com a PNAD, pois, se em 1981 17,4 apenas estudavam, em 2001 os índices chegavam a 28,1%. No entanto, houve de modo concomitante, o aumento dos índices daqueles que estudavam e trabalhavam, nesse mesmo período: eram 15,4% em 1981 e, em 2001, atingiram 20,9% dos jovens. Observou-se sensível diminuição dos que eram só ocupados, mas a expansão da escolaridade, não implicou a retirada dos jovens do mundo do trabalho. (Camarano e outros, 2003). Nos Gráfica 4 e 5 verifica-se a simultaneidade de estudo e trabalho

<sup>19</sup> De acordo com o –IETS, em 2002 a PNAD registrava 18,3 de desemprego entre a faixa de 18-24 anos. Sob o ponto de vista da escolaridade, o desemprego foi de 17,6 para os que estavam cursando o ensino médio, 10,9 para os que haviam concluído o segundo grau completo e 11,6% para aqueles que concluíram o ensino fundamental (esse dados não estão agregados por idade).

para mais da metade dos jovens investigados e um número bastante significativo de indivíduos que, apesar do desemprego, declararam estar estudando no momento da pesquisa.

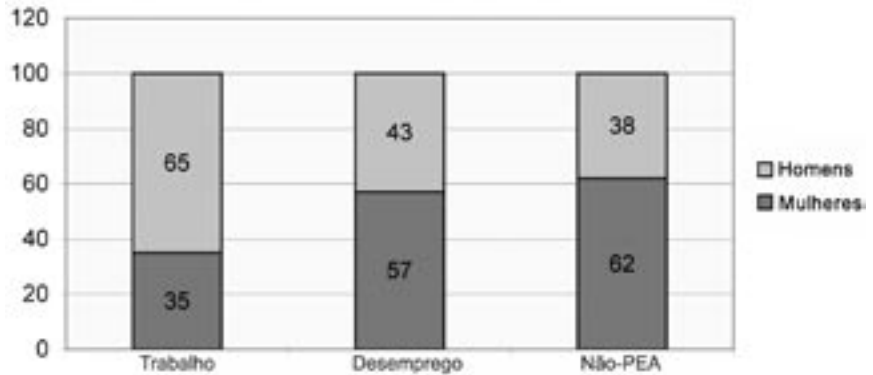


Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Esses dados sugerem também a necessidade de um contínuo exame das relações entre escola e trabalho sob o ponto de vista dos jovens, pois, mesmo afetados pelo desemprego não entram todos em atitudes de abandono, ao menos imediato, de suas pretensões de escolaridade. Madeira também já caracterizava as relações entre educação e trabalho, sob o ponto de vista dos jovens, como intermitente (Madeira, 1986). Não se pode configurar nem uma adesão linear à escola ou um abandono ou exclusão total de aspirações de escolaridade no âmbito das orientações dos jovens que trabalham. Assim, para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhe permitam viver a condição juvenil. Por essas razões, a experimentação e a reversibilidade de escolhas aparecem como fatores importantes para compreender as relações dos jovens tanto com a escola como com o mundo do trabalho, situando-as na dimensão do tempo, como uma construção social e cultural onde se articulam demandas do presente e projetos para o futuro (Melucci, 1992 e 1997; Galand, 1996).

Apesar de mudanças sensíveis na elevação da escolaridade, não se pode subestimar as diferenças entre os sexos nas relações escola e trabalho. As mulheres jovens são mais afetadas pelo desemprego do que os homens (57% e 43%, respectivamente) e integram majoritariamente a população que está fora do mercado de trabalho, (62% e 38%, respectivamente), pois de cada 10 jovens inativos, 6 são mulheres. Esse dado não significa que sejam essas jovens “inativas” sejam apenas estudantes, mas que poderão estar, sobretudo, no trabalho doméstico conforme indicam alguns estudos sobre jovens que não trabalham e não estudam (Rios-Neto e Golger, 2003; Silva e Kassouf, 2002; Camarano e outros, 2003) (Gráfica 5).

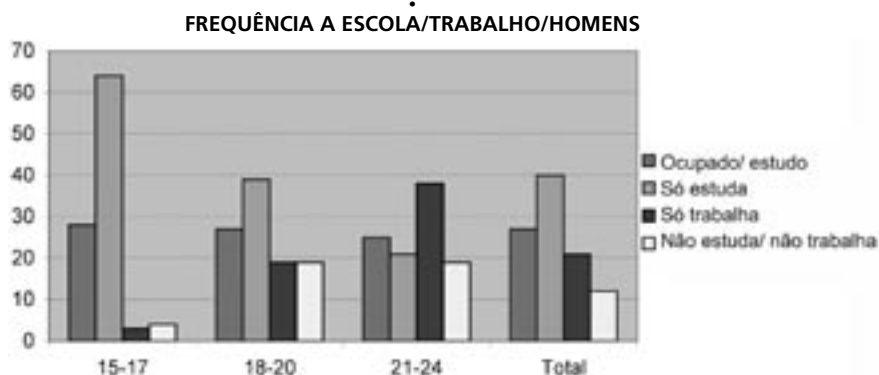
## TRABALHO/SEXO



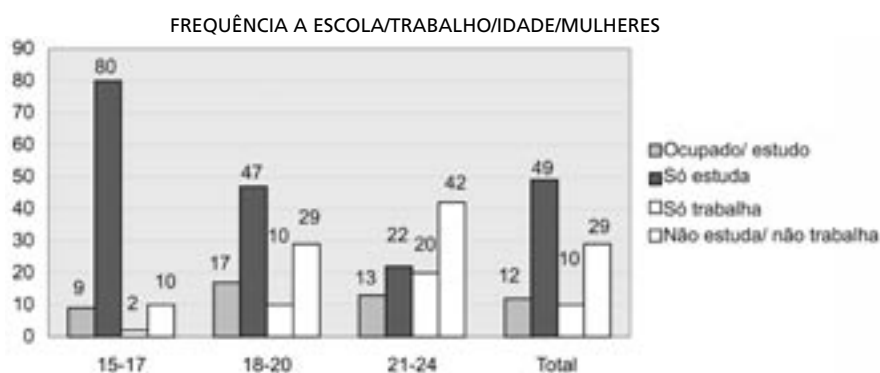
Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

As diferenças entre os sexos aliadas à variável idade também são importantes, pois a frequência à escola para as mulheres decresce com a idade mais do que para os homens. Mais de 40% das jovens entre 21 e 24 anos não estão na escola e no mercado de trabalho, ao passo que esses índices caem para 17% para os homens. É interessante considerarmos que a temática do desemprego tem sido, no discurso hegemônico, aliada, sobretudo nos centros urbanos, ao tema da violência, recobrando uma imagem sobretudo masculina: seriam os homens jovens, principalmente afrodescendentes, moradores das periferias dos grandes centros urbanos, na condição de desempregados os eventuais contingentes a serem capturados pelo crime profissional. Ocorre que, não só a pesquisa Criterium indica, mas os próprios índices nacionais confirmam, que as mulheres jovens estão na faixa do não emprego ou da inatividade e fora do circuito da escolaridade em índices significativamente mais expressivos do que os homens. Assim, ao não se considerar as relações entre os sexos como portadoras de sentidos e práticas diversas que tornam invisíveis o universo feminino cotidiano, mais restrito à esfera privada com menor circulação nos espaços públicos e, portanto, “menos ameaçador” à ordem pública, o tratamento do desemprego juvenil tem sido carregado de imagens e estereótipos masculinos (Gráficas 6 e 7).<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Um tratamento mais minucioso dos dados permitiria o cruzamento da variável sexo com etnia e certamente indicaria maiores desigualdades para as mulheres negras, conforme vários estudos indicam.



Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude



Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

### Algumas imagens sobre a educação e a instituição escolar

É interessante observar como os temas relativos à educação participam do universo juvenil de forma diversificada. A educação aparece como o quarto problema que afeta os jovens investigados, sendo os índices um pouco mais elevados no segmento que têm curso superior completo ou incompleto. É interessante observar que a percepção dos dois primeiros problemas muda menos de acordo com a escolaridade e mais a partir da renda (Quadro 5). Para todos, certamente a violência aparece como o grande problema, com mais intensidade entre os universitários e os de maior renda. Para os jovens que somente conseguiram freqüentar até o ensino fundamental e de menor renda o maior problema é o emprego, seguido de modo próximo pela violência.

PROBLEMAS QUE MAIS PREOCUPAM/ESCOLARIDADE/RENDA

Problemas	Até EF	Até EM	Ens.sup	Até 2SM	+ de 2 SM a 5 SM	+ de 5 SM a 10 SM	+ de 10 SM
Segurança/Violência	25	28	28	26	26	27	37
Empreg/prof	26	26	20	28	24	17	17
Drogas	7	8	10	7	8	9	11
Educação	5	7	9	6	7	7	8
Família	9	4	3	7	5	5	5

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Algumas diferenças entre os sexos podem ser observadas, quando os assuntos são de escolha e do interesse dos jovens, quanto ao lugar obtido pelo tema educação (Quadros 6 e 7). Para as mulheres a educação (42%) é o tema portador de maior interesse seguido pelo emprego e profissão (32%); os rapazes têm seu alvo de interesse, em primeiro lugar, em torno do emprego (43%) e em seguida educação (34%).

Em outro momento da entrevista, solicitados a se pronunciar sobre temas de interesse pessoal do modo mais livre possível, os jovens afirmaram novamente ser a educação um tema de interesse, embora essa escolha, para os homens, esteja no mesmo patamar que os esportes. Esse dado aponta, curiosamente, uma tendência importante, bastante desprezada no debate atual sobre juventude. Acusada de hedonismo ou pela busca incessante de viver o presente, a juventude revelada pela pesquisa do Projeto Juventude indica ter interesses em discutir educação e trabalho, temas que tanto dizem respeito à condição presente como constituem aspectos relevantes para estabelecer seu modo de inserção na vida adulta e projetos para o futuro. Voltam-se, assim, para temas relacionados às agências socializadoras tradicionais, indicando que a sua importância está assegurada no horizonte juvenil, o que implica investigar as mudanças que se observam seu interior e os significados de cada uma dessas esferas em sua experiência cotidiana.

#### Quadro 6

##### ASSUNTOS DE INTERESSE/SEXO (%)

Assuntos	Total	Homens	Mulheres
Educação	38	34	42
Emprego/profiss.	37	43	32
Cultura/lazer	27	27	27
Esportes/ativ. Físicas	21	36	5
Relacionamentos amorosos	20	25	14
Família	16	14	19
Saúde	13	8	18
Seg/violência	10	6	15
Governo/política	7	8	6
Drogas	7	4	9
Sexualidade	7	6	8

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

#### Quadro 7

##### TEMAS DE INTERESSE PESSOAL INDEPENDENTE DE QUALQUER COISA (%)

Assuntos	Total	Homens	Mulheres
Educação	28	26	30
Esportes	15	26	4
Artes	11	9	13
Sexualidade	11	8	14
Drogas	10	8	11
Desigualdade social	8	7	9
Ética e moral	5	5	5
Racismo	4	2	6
Ecologia	3	3	4
Política	3	3	3

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Quando querem discutir assuntos considerados importantes, dentre eles a educação e o emprego, os jovens buscam claramente o mundo adulto familiar como o universo de referência. Ouvem mais as mães (58% dos homens e 60% das mulheres) do que o pai. Tanto para os rapazes como para as moças os professores são muito pouco citados (Quadro 8). Apesar de considerarem a educação como área de interesse, não escolhem os profissionais do ensino para uma possível conversa. Mesmo que o tema esteja claramente associado ao universo de projetos e expectativas pessoais e, por essas razões, o interlocutor mais próximo esteja situado na família, seria interessante investigarmos, na percepção dos jovens, as razões da escola e de seus profissionais estarem ausentes na discussão de tema tão importante, diretamente relacionado ao seu existir. Por outro lado, as respostas indicam a relevância das figuras familiares na vida dos jovens, mesmo que nessa relação possam estar pressupostas novas formas de interação advindas das transformações dos modelos familiares, pois querem discutir com seus pais temas até então considerados tabus no âmbito familiar, como sexualidade e drogas (Gráfica 8).

### Quadro 8

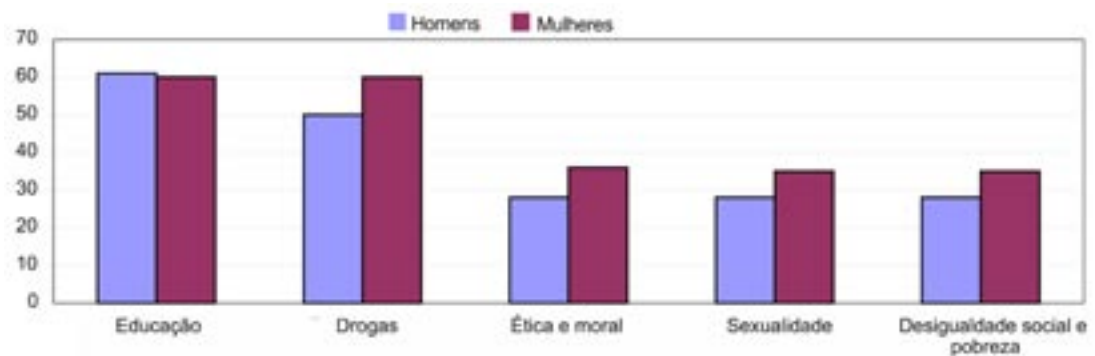
#### PESSOAS QUE SE CONSTITUEM COMO REFERÊNCIA PARA OUVIR EM ASSUNTOS IMPORTANTES/ SEXO (%)

Pessoas a quem recorre	Total	Homens	Mulheres
Mãe	59	58	60
Pai	15	19	11
Esposo(a)/companheiro(a)	6	4	8
Avô(ó)	3	5	1
Amigo (a)	3	1	5
Padre/pastor	3	2	3
Namorado (a)	2	2	2
Professor (a)	2	1	2
Tio (a)	2	1	2
Irmão (a)	2	25	1

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

### Gráfica 8

#### ASSUNTOS PREFERIDOS PARA DISCUSSÃO COM PAIS/RESPONSÁVEIS



Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Um olhar mais interno ao sistema escolar evidencia que se as relações entre a escola e os jovens se não podem ser consideradas excelentes, também não são de todo insatisfatórias para a maioria. Aqueles que consideram existir por parte da escola uma incompreensão em relação aos jovens somam 18%. Quanto ao interesse por seus problemas praticamente 30% consideram que a instituição não têm interesse. Mas os mesmos índices (30%) são apontados para aqueles que consideram que a escola tem muito interesse. Percebendo certo distanciamento da unidade de ensino em relação ao seu entorno, quase 60% afirmam que a escola tem pouco ou nenhum interesse pelo bairro. Por outro lado, as questões da atualidade não parecem estar distantes do universo escolar, pois quase 40% afirmam que encontram na escola espaço para esses temas (Quadro 9).

## Quadro 9

### ESCOLA E O MUNDO JUVENIL (%)

Escola	Muito	Máis ou menos	Pouco	Nada
Entende os jovens	24	58	15	3
Tem interesse pelos problemas dos jovens	29	43	19	10
Tem interesse pelo seu bairro	13	27	28	31
Tem interesse em questões da atualidade	38	40	15	6

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

A variável escolaridade interfere nessas apreciações, pois o conjunto mais insatisfeito no quesito “entender os jovens” está situado na população universitária (25%) em contraste com os que são menos escolarizados, pois a insatisfação cai para 16% com os jovens que têm até ensino fundamental. O mesmo ocorre com o nível de interesse pelos problemas dos jovens, pois à medida que a escolaridade aumenta diminui a adesão à idéia do interesse: responderam pouco ou nenhum interesse (25% dos jovens com Ensino Fundamental, 31% dos jovens com ensino médio e 33% dos universitários) (Quadro 10). Uma hipótese a ser mais bem investigada reside na possível ausência de grandes expectativas em relação à experiência escolar por parte dos segmentos menos escolarizados, pois parecem considerar que nas condições atuais a oferta não é totalmente ruim. Não muito satisfeitos, mas com um nível reduzido de aspirações diante do que lhe é ofertado, os jovens talvez não consigam estabelecer claros elementos comparativos que permitam propor alternativas diversas para a trajetória escolar. Os mais escolarizados, ao constituírem percursos mais longos nas várias etapas do sistema de ensino, aprendem a construir um juízo mais crítico dos benefícios e limites da ação escolar para além dos conteúdos de ensino propriamente ditos.

**ESCOLA E O MUNDO JUVENIL/ESCOLARIDADE (%)**

<b>Escola entende os jovens</b>	<b>Total</b>	<b>Hasta primaria</b>	<b>Hasta secundaria</b>	<b>Educación superior</b>
Muito	24	31	17	25
Mais ou menos	58	53	63	50
Pouco	15	13	15	23
Nada	3	3	4	2
<b>Tem interesse pelos problemas dos jovens</b>				
Muito	29	36	26	28
Mais ou menos	43	39	47	40
Pouco	19	16	21	25
Nada	10	9	10	8

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Apesar da crise da escola e das dificuldades que os jovens enfrentam para assimilar os conteúdos escolares em condições de extrema precariedade da rede de ensino, sobretudo a pública, a confiança nos professores é apontada com muita intensidade, situando-se logo depois da família (Quadro 11).

Ao cruzarmos os índices de confiança com escolaridade, verificamos que, para aqueles que são menos escolarizados (até ensino fundamental), 88% citaram confiar em seus professores, os que atingem o ensino médio 92% e os universitários 95%. Novas investigações deveriam ser realizadas de modo a se interpretar os vários sentidos da expressão confiança e se esses prováveis significados comporiam uma apreciação de natureza afetiva, vendo no professor um provável interlocutor, um amigo. Se os universitários constituem o segmento mais insatisfeito quanto à capacidade da escola em entender os jovens e se interessar por seus problemas, provavelmente as respostas relativas à confiança podem indicar mais respeito ao desempenho, à competência e às condutas dos mestres, do que propriamente uma atitude derivada de uma interação pessoal forte e afetiva. Os professores e a escola são muito pouco citados como possíveis alternativas para diálogos e conversas em torno de assuntos considerados relevantes pelos jovens.

**INSTITUIÇÕES/ PESSOAS EM QUE MAIS CONFIA (%)**

<b>Instituições</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	
Familia	98	99	99
Familia	98	99	99
Professores	90	90	91
Parentes	81	82	81
Colegas de escola	78	79	78
Companheiros de trabalho	77	80	72
Igreja /padres católicos	76	73	78
Polícia civil	67	65	69
Polícia militar	66	61	70
Movimentos populares	65	66	65
Igreja evangélica/pastores	62	65	59

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Por essas razões, ao apontarem qual é o maior fator de amadurecimento, tanto homens como mulheres jovens considerou, em primeiro lugar, a família. Ao que tudo indica a crise das instituições políticas clássicas e do Estado, leva os jovens a atribuírem índices mais altos de confiança na esfera privada. Poderíamos considerar que se trata, assim, de uma vocação apenas para o consumo ou para a circulação no mundo das relações privadas mas, também, de uma recusa ao tipo de prática política dominante nos mecanismos clássicos da participação política.

No entanto, não é possível desconsiderar que a importância da família ocorre em sentido inverso à renda, ou seja, os jovens mais pobres atribuem ao grupo familiar uma relevância não acompanhada por aqueles que pertencem às famílias com mais alta renda. Assim, para estes estratos a escola também tende a aparecer mais fortemente do que para aqueles que estão na base da pirâmide social (Quadro 12).

222

## Quadro 12

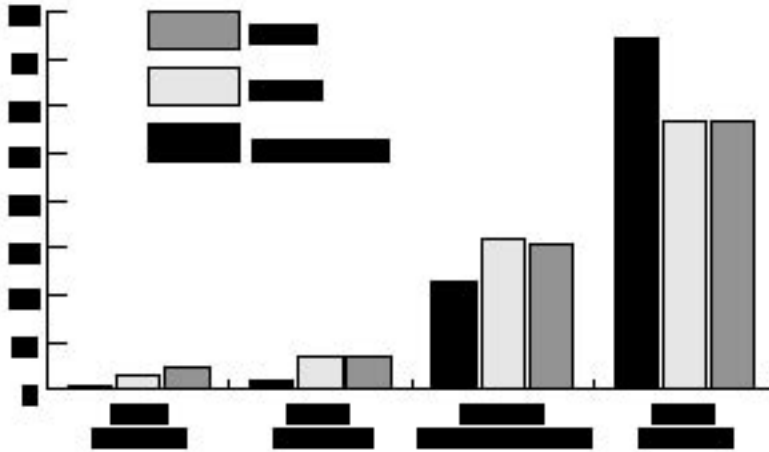
### FATORES DE AMADURECIMENTO SEXO/RENDA (%)

Fator	Total	Homens	Mulheres	Até 2 SM	De 2 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Más de 10 SM
Família	74	75	73	76	73	68	59
Família	74	75	73	76	73	68	59
Escola	8	6	9	7	7	11	14
Rua	7	7	7	7	9	4	10
Trabalho	5	7	3	4	7	11	5
Igreja	3	3	4	3	3	3	8

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

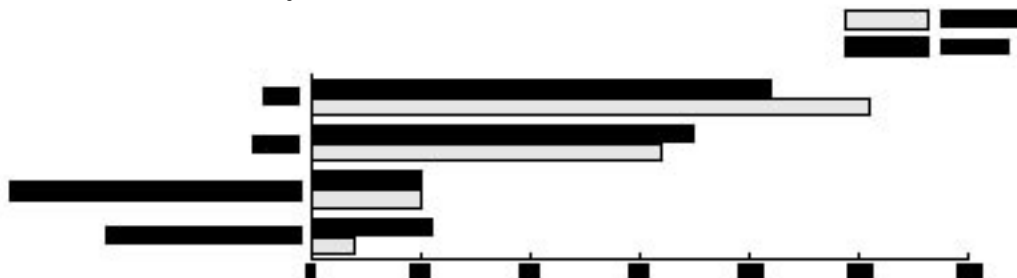
Os jovens investigados freqüentam ou freqüentaram majoritariamente a escola pública (89%) e apresentam visões diferentes sobre o grau de satisfação obtido com a educação recebida, ou seja, os aspectos diretamente ligados ao ensino. Os mais satisfeitos são aqueles que conseguiram acesso ao ensino superior (74%). Aqueles que são menos escolarizados são, portanto, os menos satisfeitos, tanto para os que têm até o Ensino Fundamental como Ensino Médio (Gráfica 9). Apenas 8% não completaram a quarta série do ensino fundamental, no entanto, quanto ao domínio da leitura mais da metade dos homens (57%) e pouco menos da metade das mulheres (48%) consideram difícil a leitura ou escrita (Gráfica 10). Os dados indicam que os jovens conhecem suas dificuldades, uma vez que, apesar de uma elevação do grau de escolaridade, essas habilidades não estão asseguradas. Como a insatisfação com o ensino recebido não é majoritária, parece que os jovens a partir de sua experiência escolar consideram que aprender, ou não, ainda constitui, principalmente, um problema de natureza pessoal, muito mais decorrente do esforço do que derivado das condições em que se realizam o processo de ensino e aprendizagem e as desigualdades sociais (Gráfica 9).

NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR RECEBIDA/ ESCOLARIDADE



Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO DA LEITURA



Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

Mas há outras avaliações sobre a experiência escolar, realizadas pelos entrevistados, que propõem temas importantes para aprofundamento sobre as relações entre juventude e escola no Brasil (Quadro 13). Fica evidente que, sob uma perspectiva do futuro profissional, a escola é tida como muito importante por ampla maioria (74%), mas essa crença é menos visível tendo em vista os benefícios do presente, pois os índices decrescem para 58% para aqueles que consideram a escola muito importante para a obtenção do trabalho, sendo que 13% a consideram nada importante. Outra característica positiva da experiência escolar decorre de uma maior compreensão da realidade, pois para 74% dos entrevistados a influência é muito importante. Para 2/3 dos entrevistados a escola é muito importante para fazer amigos e para o dia a dia. De modo geral, as apreciações positivas são muito fortes, restando um contingente que não chega a 10% de descontentamento com os benefícios da freqüência à escola. Por outro lado, essa apreciação bastante positiva, proposta pela pergunta, refere-se à escola como um todo, estando nela incluídos os saberes sistematizados, a vida cotidiana, as rela-

ções entre profissionais e alunos, as amizades, etc. Temas mais específicos, que constituem o núcleo duro da instituição escolar que é a transmissão da cultura letrada, contemplando os saberes disciplinares, seus conteúdos e métodos de ensino não estão tratados separadamente. Esses aspectos, examinados isoladamente poderiam oferecer maior grau de informação sobre como os jovens pensam a escola e propor novas possibilidades investigativas.

### Quadro 13

#### AVALIAÇÃO DO QUE APRENDEU/VIVEU NA ESCOLA/SEXO (%)

Benefícios da escola	Muito Importante		Mais ou menos Importante		Pouco Importante		Nada Importante	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Futuro Profissional	76	77	18	18	6	5	1	2
Obter trabalho hoje	61	55	18	19	6	6	7	7
Para o dia a dia	69	64	23	28	6	7	3	1
Para entender a realidade	74	75	18	18	6	7	2	1
Para fazer amigos	69	62	18	26	10	9	3	2

Fonte: Pesquisa Criterium/Projeto Juventude

### Concluindo?

Muitas possibilidades estão presentes nas análises de uma investigação, dependendo das variáveis selecionadas e do tratamento dos dados. O caminho seguido neste artigo foi relativamente simples e, certamente, não esgotou o conjunto de informações disponibilizadas pela Pesquisa Criterium e não optou por qualquer tratamento estatístico mais aprofundado.

Foi possível neste trajeto discutir, ao menos problematizar, certas afirmações recorrentes sobre os jovens em suas relações com as instituições socializadoras tradicionais, principalmente a escola. A sua expansão por meio da abertura recente das oportunidades de acesso ao sistema de ensino, em particular a escola média, tem criado uma nova geração de jovens que incorporam a variável escolar no seu repertório de práticas e expectativas. Para esta geração, predominantemente urbana (apenas 22% dos entrevistados moravam no campo e 64% sempre moraram na mesma cidade), há um mergulho na “sociedade escolarizada” pois a instituição escolar está no centro das referências identificadoras, independente de uma possível adesão ou crítica (Fernandes, 1994). Os jovens assumem essas referências e, de modo geral, não contestam fortemente sua legitimidade, embora reconheçam limites no impacto que a instituição escolar tem sobre suas vidas, sobretudo nos benefícios de uma provável inserção no mundo do trabalho. Sabem que a escolarização é uma, dentre outras possibilidades, para se situar melhor no mundo para além de um ganho imediato com o emprego ou um futuro profissional melhor. Consideram a existência de uma relativa abertura para as questões que envolvem o mundo contemporâneo e a própria juventude, mas não estabelecem críticas contundentes à qualidade da educação oferecida. Talvez, reproduzindo os mecanismos contemporâneos da dominação, que trata a tarefa da socialização como

“uma aparente escolha pessoal do sujeito”, consideram que são responsáveis pelas próprias dificuldades que apresentam no domínio das habilidades e competências a serem oferecidas pela unidade escolar.

A expansão da escolaridade e a progressiva retirada da criança e do jovem do mundo do trabalho criaram a imagem moderna da juventude, de tal forma que afirmam alguns autores a “escolarização faz juventude” (Fanfani, 2000). Mas, como a expansão da escolaridade, no Brasil, é recente, uma vez que nos últimos 50 anos parcela significativa da juventude brasileira permaneceu fora da escola, ou teve acesso apenas aos níveis iniciais do sistema de ensino, deveríamos problematizar algumas afirmações clássicas que atribuem à moderna constituição da juventude pela mediação escolar e como essa mesma mediação não apareceria, hoje, na consolidação de uma condição juvenil pós-moderna.

Os jovens que hoje estão no sistema de ensino experimentam a condição juvenil em espaços não escolares e já adentram na instituição com essas práticas e modos de vida consolidados porque possuem alternativas e querem, certamente, preservá-las. Aqueles que não encontram fora do espaço escolar possibilidades de interações ricas nos grupos de pares, nas formas de lazer e de consumo ou produção cultural, compartilham esse universo simbólico carregado de expectativas e esperam realizá-las enquanto estudantes. Certamente constituem essas demandas desde o momento em que abandonam a infância, pois a escola não é a única agência que lhes oferece modelos culturais para a experiência de ser jovem. Não podemos deixar de considerar que estilos, hábitos e modos de vida são conformados também por outras agências, conforme já foi observado, reiterando a idéia dos múltiplos espaços socializadores.


Depositam confiança na escola, em relação ao projeto futuro, mas as relações são mais difíceis e tensas com o tempo presente, na crise da mobilidade social via escola. Configura-se, desse modo, uma ambigüidade caracterizada pela valorização do estudo como uma promessa futura e uma possível falta de sentido que encontram no presente. Nessa tensão, pode ocorrer uma relação predominantemente instrumental com o conhecimento, resposta mínima para se evitar a deserção ou o retraimento total em relação ao processo de sua apropriação” (Sposito e Galvão, 2004, Souza, 2003).

Na encruzilhada das instituições socializadoras a família aparece como importante, particularmente para os mais pobres, pois seus laços asseguram trocas afetivas e simbólicas, alguma estabilidade e mecanismos de sobrevivência mais estáveis em um quadro de ausência da ação pública e de retraimento de direitos. Não se trata, assim, de uma família idealizada, pois os conflitos são descritos e os aspectos negativos não são omitidos.<sup>21</sup>

No entanto, chama a atenção, além do fato dos jovens seguirem percursos institucionais clássicos, sem adesão total, mas, também, sem

<sup>21</sup> Um tratamento mais exaustivo dos dados sobre os jovens e família fugiu ao escopo deste texto mas certamente enriqueceria nossa compreensão mais completa dessas dinâmicas.

recusa, como é o caso da escola, a importância do mundo do trabalho.<sup>22</sup> Sob esse ponto de vista, poderíamos afirmar que no Brasil o “trabalho também faz juventude” e se torna demasiadamente complexa a construção sócio-cultural da categoria juventude, em nosso país, sem a sua mediação efetiva e simbólica. Esse reconhecimento não implica, de modo ingênuo e, talvez equivocado, em uma defesa do trabalho de adolescentes e jovens, sobretudo se considerarmos as especificidades de cada momento do ciclo que tratamos genericamente como juventude.<sup>23</sup> Ao contrário, implica admitir que, se a construção da condição juvenil decorre de um complexo de valores sedimentados sob o ponto de vista social e histórico, no Brasil, uma alteração desse quadro deveria ser expressão de mudanças estruturais mais substantivas que atenuem as profundas desigualdades sociais, submetidas a processos de longa duração.

Por essas razões, ao tentar analisar a emergente condição juvenil contemporânea, no Brasil, seremos também obrigados a tratar, sob a ótica da diversidade, daquilo que, aparentemente, é o mais tradicional da modernidade –trabalho, família e escola– sem que, necessariamente, estejamos reiterando chaves analíticas anacrônicas, conservadoras ou negando horizontes utópicos de cunho emancipador. 

### Bibliografia

- ABAD, Miguel, “Crítica política às políticas de juventude”, em Maria Virginia Freitas y Fernanda de Carvalho Papa, *Políticas públicas. Juventude em Pauta*, Cortez Editora/ Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, Sao Paulo, 2003.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine, “Jeunesse et conjugaison des temps”, *Sociologie et sociétés*, vol. 28, núm. 1, 1996.
- BARRÈRE A., y D. MARTUCCELLI, “La fabrication des individus à l’école”, en A. VAN-ZANTEN, (org.), *L’école. L’état des savoirs*, Éditions la découverte, Paris, 2000.
- BILAC, Elisabete Dória, “Família: algumas inquietações”, em Maria do CARMO CARVALHO, (org.), *A família contemporânea em debate*, EDUC/Cortez Editora, Sao Paulo, 1995.
- BOURDIEU, Pierre, *Cosas dichas*, Gedisa Editorial, Barcelona, 1988.
- \_\_\_\_\_, *La noblesse d’état*, Minuit, Paris, 1989.
- CAMARANO, Ana Amélia, Maria Tereza PAZINATO, Solange KANSO y Caroline VIANNA, “A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios”, *Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*, IPEA, núm. 21, 2003.
- CAMPOS, Maria Malta, “A qualidade da educação em debate”, *Estudos em Avaliação Educacional*, Fundação Carlos Chagas, 22, Sao Paulo, 1999.
- COSTA, Jurandir Freire, “Perspectivas da juventude na sociedade de mercado”, en R. NOVAES y P. VANNUCHI (orgs.), *Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*, Editora Fundação Perseu Abramo, Sao Paulo, 2004.
- DUBET, François, “Des jeunesses et des sociologies: le cas français”, *Sociologie et Sociétés*, vol. 28, núm. 1, 1996.
- \_\_\_\_\_, “A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização”, *Contemporaneidade e Educação, revista semestral de ciencias sociais y educación*, Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada-IEC, año III, núm. 3, Rio de Janeiro, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Le declin de L’institution*, Seuil, Paris, 2002.
- ELIAS, Norbert, *La société de cour*, Flammarion, Paris, 1985.

<sup>22</sup> Os vários sentidos e o lugar do trabalho –que não é recoberto pela categoria emprego– na vida juvenil também não foram analisados neste artigo.

<sup>23</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA trata com muita clareza os limites legais e legítimos aceitos para a atividade de trabalho dos adolescentes.

- FANFANI, Emilio, *Culturas juveniles y cultura escolar*, documento presentado en el seminario "Escola jovem: um novo olhar sobre o ensino médio", Brasília/MEC, 2000.
- FIGUEIRA, Sérvulo, "O 'moderno' e o 'arcaico' na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social", en S. FIGUEIRA (org.), *Uma nova família?*, Zahar, Rio de Janeiro, 1986.
- GALLAND, Olivier, "L'entrée dans la vie adulte en France", *Sociologie et sociétés*, vol. 28, núm. 1, 1996.
- FERNANDES, Heloísa, *Sintoma social dominante e moralização infantil*, Sao Paulo, 1994.
- KEHL, Maria Rita, "A juventude como sintoma da cultura", en R. NOVAES y P. VANNUCHI (orgs.), *Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*, Editora Fundação Perseu Abramo, Sao Paulo, 2004.
- MADEIRA, Felícia, "Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas", *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, núm. 58, agosto, Sao Paulo, 1986.
- MARTINS, José de Souza, "As temporalidades da história na dialética de Lefebvre", en J. S. MARTINS (org.), *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*, Hucitec, Sao Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_, *O poder do atraso*, Hucitec, Sao Paulo, 1994.
- MELUCCI, Alberto, *Il gioco dell'lo*, Saggi/Feltrinelli, Milán, 1992.
- \_\_\_\_\_, "Juventude, tempo e movimentos sociais", *Juventude e contemporaneidade, Revista Brasileira de Educação*, ANPED, núms. 5 y 6, Sao Paulo, 1997.
- PAIS, José Machado, "A geração yô-yô", en *Dinâmicas multiculturais novas faces outros olhares*, actas de las sesiones temáticas del III Congreso Luso-Afro-Brasileño de Ciencias Sociales, Lisboa, 1994.
- PARSONS, T., "La classe en tant que système social: quelques-unes de ses fonctions dans la société américaine", en A. GRAS, *Sociologie de l'éducation. Textes fondamentaux*, Larousse Université, Paris, 1974.
- PASSERINI, L., "A juventude, metáfora da mudança social, Dois debates sobre os jovens, a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 50", en G. LEVI y J. C. SCHMITT, *História dos Jovens. A época contemporânea*, Cia Editora das Letras, vol. 2, Sao Paulo, 1996.
- PERALVA, Angelina, "O jovem como modelo cultural", A. PERALVA y M. P. SPÓSITO (orgs.), *Juventude e contemporaneidade*, revista brasileira de educación, ANPED, núms. 5 y 6, Sao Paulo, 1997.
- RIOS-NETO, Eduardo y André GOLGHER, "A oferta de trabalho dos jovens - tendências e perspectivas", *Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*, IPEA, núm. 21, 2003.
- SETTON, Maria da Graça, "Família, escola e mídia, um campo com novas configurações", *Educação e Pesquisa*, revista de faculdade de educação da USP, ene/jun, vol. 28, núm. 1, 2000.
- SILVA, Nancy de Deus Vieira y Ana Lúcia KASSOUF, "A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro", *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 19, núm. 2, julio-diciembre, 2002.
- SINGLY, François de, *Sociologie de la famille contemporaine*, Nathan, Paris, 1993.
- \_\_\_\_\_, "Penser autrement la jeunesse", *Lien social et politiques - RIAC*, 43, 2000, pp. 9-21.
- SOUZA, Regina Magalhães, *Escola e Juventude*, Educ/Paulus/Fapesp, Sao Paulo, 2003.
- SPÓSITO, Marília P., "Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola", *Revista USP*, núm. 57, marzo/mayo, Sao Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_, e Izabel GALVÃO, "A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência", *Revista Perspectiva*, Universidad Federal de Santa Catarina, 2004.
- STAKE, Robert, *Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional*, Comunicação aproveitada no Seminário sobre Avaliação, PUCRJ, 1982.
- VASCONCELLOS, Patrícia Meira de, *Projetos na escola: novas trilhas para o ensino médio*, PUCSP, tesis de maestría, Sao Paulo, 2004.

